

## JESUS INTERPRETA SUA GERAÇÃO: UMA LEITURA HISTÓRICO-GRAMATICAL DE LUCAS 7.31-35

Tatiana Monick da Silva Santos<sup>1</sup>

ORCID – <https://orcid.org/0009-0004-8686-3567>

Faculdade Assembleiana do Brasil

Dalva Gabriela Monteiro Dornelas<sup>2</sup>

ORCID – <https://orcid.org/0009-0009-5102-337X>

Faculdade Assembleiana do Brasil

Dra. Lázara Divina Coelho<sup>3</sup>

ORCID – <https://orcid.org/0009-0002-9253-2647>

LATTES – <http://lattes.cnpq.br/7125723542812371>

Faculdade Assembleiana do Brasil

### RESUMO

O objeto de estudo desse artigo é a interpretação de uma das parábolas de Jesus, registrada no livro de Lucas 7.31-35. Propõe-se uma interpretação visando o sentido histórico-gramatical, por meio da abordagem de dados e material de pesquisa (pesquisas qualitativa e bibliográfica, respectivamente). O objetivo é apresentar ao leitor as ferramentas exegéticas mais importantes no exercício de extrair do texto sagrado a verdadeira intenção por trás da analogia descrita.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração (DELTA, 2013) e Teologia (FASSEB, 2024). E-mail: monickstos@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Teologia (FASSEB, 2024). E-mail: dalvagabriela2018@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora e mestre em Ciências da Religião (PUC-GO), e mestre em Teologia (CPAJ/UPM-SP); teóloga (SPBC-GO/UPM-SP) e comunicadora social (UFG-GO); especialista em Educação a Distância (FacSENAC/GO) e Ensino Religioso (UniEVANGÉLICA/GO). Desenvolve pesquisas nas áreas de Meio Ambiente, Comunicação, Teologia, Hermenêutica e campos interdisciplinares correlatos. E-mail: lazaracoelho@gmail.com.

O trabalho se desenvolve com o intuito de orientar a todos que fazem uso das parábolas para proclamar o evangelho, com enfoque na necessidade de evitar interpretações alegorizadas de textos alegóricos. Essa perspectiva será corroborada por estudos de grandes teólogos que, ao longo do tempo, entenderam que as parábolas de Jesus são alegorias, mas que suas interpretações não devem ir além do que o texto efetivamente quis dizer. O resultado dessa pesquisa é o entendimento e a aplicação de uma das parábolas menos comentadas por autores e pregadores: a que fala sobre crianças sentadas na praça.

**Palavras-chave:** hermenêutica; exegese; parábola.

### ABSTRACT

The object of study in this article is the interpretation of one of Jesus' parables, recorded in Luke 7:31-35. The proposed interpretation seeks to employ the historical-grammatical approach, using data and research material (qualitative and bibliographic research, respectively). The goal is to present readers with the most important exegetical tools for extracting the true intent behind the analogy described in the sacred text. This work aims to guide those who use parables to proclaim the gospel, emphasizing the need to avoid allegorized interpretations of allegorical texts. This perspective will be supported by studies of renowned theologians who, over time, have understood that Jesus' parables are allegories but that their interpretations should not go beyond the text's actual intent. The result of this research is the understanding and application of one of the parables least discussed by authors and preachers: the one about children sitting in the marketplace.

**Keywords:** hermeneutics; exegeses; parables.

## RESUMEN

El objeto de estudio de este artículo es la interpretación de una de las parábolas de Jesús, registrada en el evangelio de Lucas 7:31-35. Se propone una interpretación basada en el método histórico-gramatical, a través del análisis de datos y del uso de fuentes de investigación cualitativa y bibliográfica. El objetivo principal es presentar al lector las herramientas exegéticas más relevantes para el ejercicio de extraer del texto sagrado la intención original detrás de la analogía empleada. El desarrollo del trabajo busca orientar a quienes hacen uso de las parábolas como recurso para la proclamación del evangelio, destacando la importancia de evitar interpretaciones alegóricas forzadas de textos que ya son, en sí mismos, alegóricos. Esta perspectiva se fundamenta en los estudios de reconocidos teólogos que, a lo largo del tiempo, han sostenido que, aunque las parábolas de Jesús son alegóricas, su interpretación no debe ir más allá del mensaje que el propio texto comunica. El resultado de esta investigación es una comprensión y aplicación más precisa de una de las parábolas menos abordadas por autores y predicadores: la que hace referencia a los niños sentados en la plaza.

**Palabras clave:** hermenéutica; exégesis; parábola.

## 1 INTRODUÇÃO

Para os cristãos, Jesus Cristo é a pessoa mais importante que já viveu (e ainda vive). O mundo foi dividido entre antes e depois do Seu nascimento, tamanha transformação que se consolidou na humanidade. De próprio punho, não deixou nada escrito, mas as testemunhas oculares da Sua passagem por essa terra fizeram questão de registrar Sua vida, histórias e ensinamentos, como cumprimento de todas as promessas feitas ainda no Antigo Testamento, desde a criação do mundo.

De toda a Bíblia, os Evangelhos são os registros que contêm detalhes do período em que Jesus esteve encarnado e a partir deles, inicia-se um vasto trabalho de interpretação das Suas palavras. Dessa forma, quanto mais próximo do contexto original, especialmente quanto ao público original dos escritos e as circunstâncias em torno da situação sobre a qual Jesus falou, maior a chance de se encontrar o sentido real da mensagem materializada por meio das línguas então faladas. Esse cuidado interpretativo é subsidiado pelo método histórico-gramatical, "um conjunto de pressupostos doutrinários e princípios interpretativos materializados em regras e recursos especiais para chegar ao sentido do texto bíblico" (Coelho, 2021, p. 91).

Sob essa abordagem, o artigo traz o resultado do estudo da parábola das Crianças na Praça, registrada por Lucas (7.29-35, NVI) no primeiro volume da obra lucana, Lucas-Atos. Busca compreender o lugar e a função da parábola na construção do testemunho lucano acerca da rejeição e da recepção do Reino de Deus:

29 Todo povo, até os publicanos, ouvindo as palavras de Jesus, reconheceram que o caminho de Deus era justo, sendo batizados por João. 30 Mas os fariseus e os peritos na lei rejeitaram o propósito

de Deus para elas, não sendo batizados por João. 31 "A que posso, pois, comparar os homens desta geração?", prosseguiu Jesus. "Com que se parecem? 32 São como crianças que ficam sentadas na praça e gritam umas às outras: 'Nós lhe tocamos flauta, mas vocês não dançaram; cantamos um lamento, mas vocês não choraram'. 33 Pois veio João Batista, que jejua e não bebe vinho, e vocês dizem: 'Ele tem demônio'. 34 Veio o Filho do homem, comendo e bebendo, e vocês dizem: 'Aí está um comilão e um beberrão, amigo de publicanos e 'pecadores'. 35 Mas a sabedoria é comprovada por todos os seus discípulos".

A hipótese é a de que Jesus tenha interpretado sua geração como imaturos, arrogantes e impenitentes – incapazes de se arrepender e aceitar a justiça de Deus. A proposta é apresentar uma interpretação dessa parábola considerando-a o clímax da interpretação de Jesus sobre a atual geração de homens; portanto, a interpretação pretende, em busca do sentido histórico-gramatical da parábola, percorrer a análise de Jesus desde o contexto literário anterior até sua perícopes completa, e isso mediante pesquisa qualitativa (abordagem dos aspectos subjetivos envolvidos na relação objeto de estudo-realidade) e bibliográfica (abordagem ao tema em material de pesquisa já publicado) (Mendonça, Rocha, Nunes, 2008).

## 2 BÍBLIA, LITERATURA E PARÁBOLA

A Bíblia é uma grande e verdadeira obra literária. É considerada "uma obra literária antiga, escrita em línguas antigas (hebraico, aramaico e grego), suportada por bases físicas perecíveis (papiros, pergaminhos, papel etc.), e constituída de gêneros e formas literárias com características próprias da cultura e da literatura da época (narrativas, discursos, poesia etc.)" (Coelho, 2021, p. 26).

Em todas as suas páginas, encontrar-se-ão elementos comprobatórios dessa classificação: escritos advindos de tradições orais e escritas, narrando fatos

e possibilitando a transmissão de mensagens cheias de poder para a transformação de vidas. “Pois a Palavra de Deus é viva e eficaz [...] penetra até o ponto de dividir alma e espírito [...] e julga os pensamentos e intenções do coração” (Hebreus 4.12).

Essa dimensão experiencial da Bíblia, como Palavra de Deus, possibilita a aproximação dos estudos literários. Ryken (2023, p. 418-419, grifo nosso) afirma:

A literatura trata da experiência humana. Articula a realidade por meio de imagens. Encarna seu significado na forma de imagens, personagens e acontecimentos. Seu objetivo não é declarar ideias, mas **recriar experiências**. Para alcançar esse objetivo, a literatura fala à nossa imaginação (capacidade que todos nós temos de formar e perceber imagens). **A literatura recria uma experiência com detalhes e concretude suficientes para que o leitor seja capaz de revivê-la.**

Na literatura, a linguagem figurada é uma característica predominante (por meio de metáforas, símiles, personificações, ironias etc.) e a Bíblia contém uma grande quantidade desse tipo de linguagem, apresentando-se, no caso do Novo Testamento, sob três gêneros principais: narrativa ou relato, carta ou epístola e visão ou apocalipse. É nessa divisão bíblica – especialmente nas parábolas dos Sinóticos – que está compreendido o objeto desse estudo.

Ryken (2023, p. 423) afirma que a literatura, em geral, faz uso de recursos especiais de linguagem e considera a categoria mais óbvia a linguagem figurada. Deixa claro que os textos do Novo Testamento apresentam frequentemente essa linguagem. “Podemos considerar que uma passagem é literária quando o autor faz uso de metáfora, símile, símbolo, hipérbole, apóstrofe, personificação, alusão, paradoxo, trocadilho ou ironia”. Considerado, obviamente, um livro religioso, o Novo Testamento (assim como toda a Bíblia) se propõe a atender uma finalidade muito específica, de retórica e persuasão: “O Novo Testamento é literatura de

encontro e confrontação, que pressupõe reação como condição para sua leitura" (Ryken, 2023, p. 429).

Toda tradição oral ao longo dos séculos, que culminou nos escritos que se tem à disposição, reflete uma natureza popular; segundo Deissmann (1927, *apud* Ryken, 2023, p. 430), o Novo Testamento é "o Livro do Povo", dotado de simplicidade e realismo.

Klein (2017) afirma que, nos Evangelhos (cujo enfoque principal é a pessoa de Jesus Cristo), as formas escritas que mais merecem atenção são as parábolas, as histórias de milagres e as de pronunciamento. Sobre as parábolas, enfoque principal deste artigo, Ryken (2017, p. 144) afirma que se trata de um gênero bíblico importante e define-a como "História simples e breve, comumente alegórica, que serve sobretudo para ensinar e, em menor grau, para entreter." Para Anglada (2006, p. 209): "Parábolas são uma forma de discurso ou literatura empregada com o propósito de ensinar uma lição por meio de experiências ou fatos da vida diária".

E é consenso entre os estudiosos que as parábolas contêm um propósito específico, que é o de ensinar através de experiências ou de fatos do cotidiano. Através das parábolas, Anglada (2006, p. 209) afirma que Jesus trazia confrontação, de forma a impactar o ouvinte e promover arrependimento e fé. Caracteriza, ainda, como propósito, o intento de forçar os ouvintes a pensarem, o que corrobora o pensamento de Bailey (1995, p. 26) sobre o assunto; para o autor, uma parábola é dotada de símbolos que devem ser procurados de forma a identificar o que o narrador original da história desejou comunicar ao auditório original (já que o narrador, ao fazer uso de parábola, tem por intenção conduzir o ouvinte a tomar uma decisão de ação; e nisso consiste seu caráter persuasivo).

Ryken (2023, p. 429-430) estabelece uma correlação entre a simplicidade e o realismo característicos do Novo Testamento, destacando, em especial, como as parábolas facilitam a compreensão por parte dos ouvintes. Trata-se de uma

simplicidade majestosa, expressa em narrativas do cotidiano, cujas imagens, “por meio de uma transformação misteriosa”, passam a apontar para realidades espirituais. Aquilo que era “sensorial e concreto se abre continuamente para um mundo espiritual, geralmente entendido como o reino de Deus”.

Cabral (2003, p37-47) compreende as parábolas como narrativas dotadas de urgência espiritual, cujos símbolos devem ser entendidos dentro da proposta do Reino de Deus e também adverte quanto ao uso impróprio de parábolas como simples recursos moralistas.

Mas como classificar uma parábola, dentro das estruturas literárias conhecidas? Bailey (1995, p.15-16) suscita a possibilidade de encará-las como peças dentro de uma peça, independentemente do tipo da parábola e que funcionariam como uma parte importante dentro de uma unidade maior. Para exemplificar seu pensamento, o autor cita Hamlet, de Shakespeare, no momento em que a personagem usa atores e drama dentro da peça para se comunicar com seu tio (Cláudio). Um teatro dentro de um contexto maior para facilitar o entendimento dos ouvintes.

Anglada (2006) identifica as parábolas com características próprias e as vê como uma ilustração do ensino, ensinando por meio de experiências comparativas (símbolos). Fee e Stuart (1984) atribuem-lhes uma variedade de tipos (verdadeira, símbolo, metáfora e epigrama), mas enfatizam que não se trata de alegorias, destacando como maior importância a função de suscitar uma resposta por parte do ouvinte.

Anglada (2006) e Champlin (2002) resumem seu conceito a partir do significado original da palavra grega παραβολή, comparação<sup>4</sup>, registrando ser

---

<sup>4</sup> Anglada (2006, p. 209, n. 85) informa que o substantivo παραβολή traz a ideia de “alguma coisa colocada ao lado de outra para comparação.”

comum seu uso para indicação de uma breve história, um exemplo esclarecedor e que ilustra uma verdade qualquer.

De maneira geral, os autores convergem quanto ao entendimento de que as parábolas servem para exemplificar verdades espirituais a fim de que as pessoas reflitam e tenham uma mudança de atitude. Também concordam quanto à necessidade de uma contextualização da passagem, bem como o exercício de imersão na cultura local: público ouvinte original. Nas palavras de Bailey (1995, p. 17): "o povo que tinha condições de ouvir e entender as profundidades do que estava sendo dito em uma parábola eram os aldeões da Palestina no século I. Nós, do ocidente, estamos separados deles pelo tempo e pelo espaço".

É, portanto, de suma importância, entender a circunstância da narrativa, já que as maiores dificuldades exegéticas estarão justamente na distância cultural entre o auditório original e a era hodierna. Pelas experiências cotidianas descritas é que as pessoas são compelidas a tomarem decisões espirituais e a presença de arquétipos (modelos que servem como exemplo) nas narrativas reforçam o interesse na mensagem, ainda que sejam curtas, muitas vezes. Chafer (2003, p. 159) contribui: "o uso de ilustrações por Jesus não somente serviu para irradiar a verdade para aqueles a quem Ele falou, mas se tornaram ilustrações divinamente designadas da verdade para todas as gerações subsequentes."

Os pontos de divergência entre os autores se concentram quando se fala em alegoria. Bailey (1995), que acredita que as parábolas são peças dentro de uma peça, afirma que elas são dotadas de símbolos e que o auditório original teria conseguido identificar instintivamente seu sentido.

Esse impasse quanto à classificação de uma parábola como alegoria carrega uma conotação pejorativa ao termo, relacionada aos tempos da Igreja Primitiva. Nas palavras de Kistemaker (1992, p. XXI):

Na igreja primitiva, os Pais da igreja começaram a procurar nas Escrituras do Velho Testamento, vários significados ocultos relacionados com a vinda de Jesus. Como consequência natural dessa tendência, os Pais começaram a encontrar significados ocultos nas parábolas de Jesus. Influenciados, talvez, pela apologética judaica, substituíram a simplicidade das Escrituras pela especulação sutil. O resultado foram as interpretações alegóricas das parábolas. Por isso, desde o tempo dos Pais da igreja, até meados do século XIX, muitos exegetas interpretaram as parábolas alegoricamente (sic).

Apesar disso, já no período da Reforma, Lutero optou por uma exegese que levasse em consideração a localização histórica e a estrutura gramatical da parábola (cf. Kistemaker, 1992, p. XXI-XXII).

A definição literária tradicional para alegoria tem a ver com o duplo significado que ela apresenta, através do uso frequente das figuras de linguagem: metáforas (comparações implícitas) e símiles (comparações expressas). Nesse sentido, Ryken (2023, p. 476, grifo próprio) esclarece que justamente pelo fato de uma parábola expressar realidades espirituais, a lógica da narrativa exige que detalhes sejam interpretados de maneira alegórica:

As parábolas são alegóricas? Sim. Elas se encaixam em qualquer definição literária tradicional de alegoria. A característica fundamental da alegoria é o duplo significado: um detalhe da narrativa também representa alguma outra coisa. **Se o termo alegoria tem conotações equivocadas porque tem ares da alegorização frívola e arbitrária preponderante na Idade Média, podemos usar seu sinônimo, símbolo. É simples assim.**

Dessa forma, observa-se que uma parábola contém, em sua essência, esse cunho comparativo, que leva o ouvinte (ou leitor) a refletir, muitas vezes, de forma subversiva (inversão de valores convencionais) sobre determinado assunto, conduzindo-o a uma mudança de comportamento. A discussão não deve ser em torno de se tratar ou não de uma alegoria, mas em que medida esse simbolismo (elemento representativo da comparação) está sendo aplicado à narrativa.

É necessário, portanto, atentar para a diferença entre interpretar um texto alegórico e alegorizar um texto (ou interpretá-lo alegoricamente). Ryken (2017, p. 144) afirma que *interpretar um texto alegórico* significa a admissão de que a natureza do texto a ser interpretado é alegórica e *alegorizar um texto* significa que, independentemente de o texto ter ou não natureza alegórica, será interpretado alegoricamente. Alegorizar, nas palavras de Ryken (2017, p. 44),

envolve impingir sentidos alegóricos a um texto que não tinha o propósito de ser interpretado assim. Isso não é algo natural que se faça com a linguagem e o discurso. As parábolas de Jesus são alegóricas no sentido de que vários detalhes na maioria delas representam outra coisa. Sem dúvida, há um aspecto alegórico em que podemos situar parábolas isoladamente: em algumas parábolas, quase todos os detalhes têm um sentido alegórico, ou 'outro' significado. Em outras, os detalhes alegóricos são em menor quantidade. E no extremo oposto do aspecto, apenas alguns detalhes têm um segundo nível de significação. Mesmo nesse último caso, porém, como na parábola do bom samaritano, a história possui um significado óbvio, simples e por uma leve extensão do termo alegoria, essa parábola enquadra-se na classificação deste gênero. C. S. Lewis definiu alegoria como 'dar um corpo imaginário ao imaterial'. A parábola do bom samaritano personifica o conceito de 'próximo'.

Gilberto (2008, p. 45, 46), citando a hermenêutica proposta por Hank Hanegraaff, lembra que "a Bíblia tem de ser interpretada com muito equilíbrio e precisão". Em seguida, valida a interpretação gramatical como sendo critério para se interpretar as Escrituras, acrescentando em tom didático:

Na interpretação da Bíblia, levemos em consideração que foi ela escrita de conformidade com as regras gramaticais. Logo, deve ser interpretada também segundo as mesmas regras. Eis porque é de suma importância ao leitor das Escrituras conhecer as regras básicas da gramática e da sintaxe.

Para esse artigo, as parábolas são consideradas como um gênero literário, de curtas narrativas, dotadas de comparações, tanto implícitas (metáforas) como explícitas (símiles). No que tange a considerá-las ou não como alegóricas,

adota-se a compreensão de que todas são, sim alegóricas, por conterem, em sua essência, esse cunho comparativo, que conduz o ouvinte/leitor a refletir (de forma subversiva, muitas vezes) sobre um determinado assunto. Tratam de situações hipotéticas e cotidianas, que servem para o apontamento de uma nova perspectiva de comportamento a partir da correta aplicação dos valores cristãos.

É imprescindível o cuidado de observar os propósitos da mensagem (que podem ser percebidos com o auxílio do contexto), a fim de entender quais aspectos foram utilizados como alegoria, não para alegorizar o que se está lendo. Novamente: "Jesus tinha a clara intenção de ser entendido" (Fee; Stuart, 1984, p.123) e não é à toa que o reformador William Tyndale (*apud* Kaiser Jr; Silva, 2002, p. 217, grifo nosso), já nos idos do séc. XVI, advertia: "aquilo que o provérbio, similitude, charada ou *alegoria* significa é literal em seu sentido, o qual deveis buscar diligentemente."

Dito isso, devem ser observados aspectos importantes a serem considerados durante a interpretação de uma parábola. Para Fee e Stuart (1984), trata-se de uma combinação entre ouvir diversas vezes a parábola e identificar o que os ouvintes teriam captado, com base nos seus pontos de referência.

Bailey (1995), após 25 (vinte e cinco) anos de estudo, defende uma metodologia dotada de 4 (quatro) importantes ferramentas<sup>5</sup>: a) discussão dos aspectos culturais; b) exame das traduções; c) procura por paralelos; d) estudo da

---

<sup>5</sup> A partir dessas ferramentas, o autor as desmembra em 8 (oito) regras básicas: 1. Determine o auditório. Jesus está falando aos escribas e fariseus, às multidões, ou aos discípulos? 2. Examine cuidadosamente o contexto/interpretação propiciados pelo evangelista ou sua fonte. 3. Identifique a 'peça dentro da peça' e observe a parábola nesses dois níveis. 4. Procure discernir os pressupostos culturais da estória, tendo em mente que os seus personagens são aldeões palestinos. 5. Veja se a parábola se divide em várias cenas, e veja se os temas constantes das diferentes cenas se repetem segundo algum padrão discernível. 6. Procure discernir quais os símbolos que o auditório original teria identificado imediatamente e instintivamente na parábola. 7. Determine que única decisão/reação o auditório original é levado a toar quando ela originalmente foi contada. 8. Discirna o conglomerado de temas teológicos que a parábola afirma e/ou pressupõe, e determine o que a parábola está dizendo a respeito desses temas (Bailey, 1995, p. 27-28).

estrutura literária. Tais ferramentas serão aplicadas na interpretação da parábola escolhida.

### 3 A PARÁBOLA DAS CRIANÇAS NA PRAÇA

A interpretação de uma parábola pode demonstrar, ressaltando a variedade de formas e expressões que caracteriza cada uma e a consequente limitação que isso impõe, conceitos e normas que vêm sendo apresentados. Seleciona-se, como informado acima, a parábola das Crianças na Praça (Lc 7.31-35, NVI):

31 "A que posso, pois, comparar os homens dessa geração?", prosseguiu Jesus. "Com que se parecem? 32 São como crianças que ficam sentadas na praça e gritam umas às outras:

'Nós lhe tocamos flauta, mas vocês não dançaram;  
cantamos um lamento, mas vocês não choraram'.

33 Pois veio João Batista, que jejua e não bebe vinho, e vocês dizem: 'Ele tem demônio'. 34 Veio o Filho do Homem, comendo e bebendo, e vocês dizem: 'Aí está um comilão e beberrão, amigo de publicanos e pecadores'. 35 Mas a sabedoria é comprovada por todos os seus discípulos."

A autoria do terceiro Evangelho é tradicionalmente atribuída a Lucas, "o médico amado" (Cl 4.14a), companheiro de viagem do apóstolo Paulo e autor do livro de Atos dos Apóstolos. Registra-se, no entanto, que o historiador da Igreja, Justo González (2011, p. 16), deixa exposta a inconclusão dos estudos atuais sobre a identificação de Lucas, aceito pela erudição como o autor da obra Lucas-Atos, com o Lucas citado nas cartas paulinas (Colossenses, Filemon e 2 Timóteo). A despeito disso e, em outro ponto da discussão, Coelho (2021, p. 105) considera que é "bastante provável que [o Lucas autor] tenha sido grego ou, talvez, um judeu helenista de Antioquia da Síria" (sul da Turquia, atual Antáquia). E Fitzmyer (1981, v. 1, p. 71, tradução própria) descreve-o como "uma pessoa culta, um bom escritor,

familiarizado com as tradições e obras literárias do Antigo Testamento [...], e com as técnicas literárias do helenismo”.

Esse perfil do autor expressa-se em seus escritos. É certo que ele se dedicou cuidadosamente a encontrar evidências e confirmações de tudo o que pretendia escrever, em atenção ao seu objetivo de suprir a carência de uma narrativa ordenada e precisa dos fatos, e de informar ao governo romano sobre a natureza do Cristianismo (Lc 1.1-4). É igualmente certo que sua obra foi escrita por volta do ano 60, trazendo características como ênfase no papel das mulheres no ministério de Jesus, na fé genuína de crianças, na proclamação de um evangelho marcado pela atenção aos excluídos da sociedade assim como na salvação estendida aos gentios (Elwell, 1995; Fitzmyer, 1981, v. 1; MacArthur, 2019; Unger, 2006).

Lucas começa sua narrativa biográfica da pessoa de Jesus, apresentando seus primeiros anos no mundo dos homens na medida em que relaciona os fatos de sua vida com os fatos históricos, político-sociais e culturais do mundo conhecido de então (Império Romano).

Ressalva-se que, nos versículos iniciais do capítulo 1, e antes mesmo de apresentar o próprio Jesus, Lucas introduz o ministério de um personagem chamado João no serviço de precursão do Messias (cf. Lc 1.5ss); registra a inauguração do ministério desse precursor (Lc 3.2); e descreve o exercício de sua atividade profética como aquele que, além de pregar o arrependimento de pecados na esperança da chegada do Messias, batizando os convertidos, batiza o próprio Jesus identificando-o como aquele a quem Deus enviara como sacrifício em favor dos homens (“Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”, cf. Jo 1.29), informa que “o Espírito Santo desceu sobre ele [Jesus] em forma corpórea, como pomba” e que, ao mesmo tempo, “ouviu-se uma voz do céu, que dizia: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo” (Lc 3.22). Em outras palavras, no cruzamento de informações oferecidas pelos autores Lucas e João a

partir do ministério de João Batista, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo é o Filho amado em quem Deus se agrada!

Nos capítulos seguintes, com o registro de João Batista preso no palácio-fortaleza do rei Herodes em Maquero, atual Jordânia (3.20; cf. Bruce, 2019, p. 170), Lucas apresenta a origem real de Jesus (3.23-38) e sua tentação (4.1-13), sua autoapresentação como o Messias (4.14ss) e a demonstração desse messiado (5.1-7.16) assim como a descrição feita pelo próprio Jesus do ministério de João Batista (7.17ss).

O ensejo desta descrição (a respeito de João) ocorre quando Jesus, na cidade de Naim<sup>6</sup> (7.12-16), ressuscita o filho de uma viúva do lugarejo fazendo com que sua fama, exponenciada por esta notícia, corra célere e chegue aos ouvidos de João Batista, na prisão (v. 17); isso provoca, da parte do precursor, o envio de seus mensageiros com o questionamento a Jesus: "És tu aquele que havia de vir, ou esperamos outro?" (v. 20). Segundo o relato de Lucas, Jesus manda a resposta fundamentada justamente nos sinais de seu messiado, demonstrado naquele momento por meio de curas e expulsão de espíritos maus, e comunicado através de seu discurso-síntese da obra messiânica, já claramente manifesta (v. 21-23).

#### 4 O PRONUNCIAMENTO DE JESUS SOBRE O MINISTÉRIO DE JOÃO BATISTA E SEUS OUVINTES

No contexto imediatamente anterior à parábola (7.24-28) Jesus declara a natureza profética de João como aquele a quem Deus enviara como o seu

---

<sup>6</sup> Aldeia romana dos tempos do Novo Testamento, localizada na região meridional da Galileia, a cerca de 40 quilômetros de Cafarnaum na direção do monte Tabor onde Jesus transfigurou-se diante de seus discípulos (Pedro, Tiago e João), correspondente à moderna Neín (Fitzmyer, 1981, v. 2, p. 645; Perondi, Braille, 2020, p. 71).

mensageiro para preparar-lhe o caminho (Mt 3.1; Is 40.3) e o faz ressaltando seu lugar no plano de Deus (7.28) e, portanto, seu essencial papel e as expectativas que acabou criando em seus ouvintes sobre o Messias, desta forma preparando seu público para o messiado de Jesus.

De igual modo, no contexto posterior (7.36–50), Lucas descreve a história da mulher que ungiu os pés de Jesus na casa de Simão. Esse registro continua a explorar os temas de aceitação e rejeição abordados no episódio anterior (v. 24–35). Nele, a mensagem transmitida é a de que a resposta às ações de Deus não está relacionada ao status ou à posição social de uma pessoa, mas à sua capacidade de reconhecer a justiça de Deus, isto é, a graça divina, e respondê-la, submetendo-se ao batismo de arrependimento, com fé e amor no Rei que se encontra presente entre os homens.

Por meio do contexto literário anterior, constata-se que uma multidão (cf. 7.24), descrita posteriormente como “todo o povo”, ou uma grande parte da população reunida em algum lugar (cf. 7.29), ouvia Jesus falar a respeito do ministério de João Batista em relação à reação dos ouvintes do profeta, ou seja, de outro público em relação à pregação do precursor.

Na análise de Hendriksen (2003, v. 1, p. 534), esse “todo o povo” é, provavelmente, uma hipérbole para fazer referência às pessoas comuns de “toda parte”. Essa multidão é constituída, dentre outros, por dois grupos nominados por Jesus em reação à sua credulidade (todo o povo, inclusive os coletores, cf. v. 29) e incredulidade (fariseus e mestres da lei, cf. v. 30), respectivamente.

Nas palavras de Morris (2006, p. 136), o povo comum (v. 29) reconhecia a justiça de Deus, ou seja, “pronunciava que Deus era justo”, aceitando o seu caminho nos termos reais desse caminho e não tentando adaptá-la a si. Para além

dessa aceitação para o viver humano, eles a reconheciam fazendo confissão disso, proclamando-a; a demonstração prática desse reconhecimento ocorria por meio da submissão ao batismo de arrependimento ministrado por João. Porém, não era assim em relação ao restante do povo, inclusive fariseus e mestres (v. 30).

Robertson (2003, p. 141, tradução própria), referindo-se aos incrédulos do versículo 30, afirma que

Estes intérpretes legalistas da lei recusaram-se a admitir, de sua parte, a sua própria necessidade de confissão de pecados, e assim rejeitaram, com desdém, o batismo de João. Eles anularam os desígnios de Deus, em graça, na medida em que se aplicaram a si mesmos.

Keener (2017, p. 232) afirma que essa recusa tem a ver com o conceito religioso do judaísmo segundo o qual o batismo é caracterizado por ser “de uma vez por todas”, o que implica em ser uma única vez, reservado e aplicado basicamente aos pagãos que se convertiam ao judaísmo. Sendo assim, não estavam dispostos a aceitá-lo para si mesmos e, em termos de contra-ataque, questionavam o judaísmo (religião) dos coletores de impostos (publicanos) por não terem a mesma preocupação deles em observar a Lei.

Pressupõe-se, pela generalização feita por Jesus em seu pronunciamento, que ele vê no público ouvinte de seu relato a mesma reação que aquela do público de João, do qual falava. Desse modo, a pregação de fé e arrependimento de João, ao seu público, retomada pelo Messias, sofre a mesma rejeição por parte do público atual de Jesus.

Essa rejeição evidenciada no texto aponta, justamente, para o aspecto que deverá ser examinado em busca de entendimento das palavras de Jesus. Champlin (2002, v. 2, p. 77; cf. Robertson, 2003) registra que tal repulsa diante de João Batista e do próprio Senhor significa a não-aceitação do “próprio conselho de Deus, ou seja, a maneira divina de fazer as coisas”.

Fitzmyer (1987, v. 2, p. 677, tradução nossa) especifica afirmando que a expressão "conselho de Deus", é uma referência ao desígnio salvífico de Deus para com a humanidade. Portanto, traz as consequências da atitude dos fariseus e mestres da Lei:

Apegar-se à lei de Moisés, sem se abrir ao reconhecimento de que o batismo de João foi um caminho para restabelecer as relações com Deus, é aqui considerado uma forma de 'estragar' ou distorcer a providência divina. Naturalmente, outra das implicações do texto inclui uma nova frustração: a dos objetivos expressamente preconizados pelo batismo pregado por João.

Diante da aceitação de muitos e da negação de tantos outros, Jesus introduz novamente seu diálogo deixando claro que os ouvintes estariam diante de uma "peça dentro da peça", ou seja: ele apresentaria um exemplo, uma ilustração, uma comparação (nesse caso, expressa) dentro da narrativa sobre o comportamento do público diante de ambos os ministérios (cf. Bailey, 1995).

Nessa passagem a comparação (simile) se estabelece através da expressão "são semelhantes" ou "são como". Kaiser (2002, p. 87) observa que o símile "é a mais simples e clara de todas as figuras de linguagem" e se trata de "uma comparação expressa e afirmada".

## 5 A INTERPRETAÇÃO DA PARÁBOLA

A parábola é introduzida por uma pergunta retórica: "A que, pois, farei semelhante os homens desta geração? Com que se parecem?" Perguntas retóricas eram usadas no objetivo de estimular os ouvintes a responderem, mentalmente, aos desafios propostos por Jesus (Zuck, 1994). Assim, a fórmula introdutória "a que compararei?", que aparece também em Lucas 13.18, 20 (parábolas do grão de mostarda e do fermento), pretendia levar os ouvintes a refletirem sobre si mesmos

como integrantes da geração à qual a mensagem de arrependimento em favor do Messias estava sendo pregada, estabelecendo o ponto de comparação.

Essa comparação é introduzida, explicitamente, por meio do verbo ὁμοιώσω, (farei semelhante, compararei) (v. 31) e estabelecida pela expressão ὅμοιοί, (são semelhantes, são como) (v. 32). Lucas registra a comparação (v. 32a) e a estabelece com o uso de uma copla<sup>7</sup> (v. 32bc) (ONTG, 2018, Lc 7.32) (FITZMYER, 1981, p. 679-680):

ὅμοιοί εἰσιν παιδίους τοῖς ἐν ἀγορᾷ καθημένοις καὶ προσφωνοῦσιν ἀλλήλοις ἃ λέγει,  
São semelhantes a crianças que, sentadas nas praças, gritam umas para as outras, dizendo:

Ἡψάλισαμεν ὑμῖν καὶ οὐκ ὠρχήσασθε,  
Nós vos tocamos flauta, e não dançastes;

ἐθρηνήσαμεν καὶ οὐκ ἐκλαύσατε.  
entoamos lamentos, e não chorastes.

Esse versículo traz, portanto, a resposta de Jesus à própria pergunta sobre a que compararia a geração de homens à qual fora enviado, originalmente, e o faz citando a pequena comparação do v. 32, que inclui a copla que, segundo Morris (2006, p. 137), parece ter sido de uso comum entre as crianças de seu tempo e cultura quando "outras crianças não queriam participar das suas brincadeiras".

Nesse registro, Jesus coloca, pareados, os pontos de comparação: de um lado, os homens da presente geração (v. 31) devidamente identificados no contexto literário por meio de sua própria descrição (v. 24-30) e, de outro, a copla sobre crianças que brincam na praça (v. 32).

<sup>7</sup> Copla, embora aqui seu uso seja anacrônico, é um gênero literário autóctone, de transmissão oral ou escrito. Foi "muito cultivada desde a Antiguidade e Idade Média, tendo suas raízes nas composições líricas destinadas às festas do povo" (Reis, 2009)

Sua descrição do público de João (v. 24-30) e, indiretamente, de seu próprio público ouvinte (v. 11ss), oferece as bases factuais para a sua parábola na medida em que esta ilustra a atitude da geração de homens de seu tempo em relação à mensagem de arrependimento e fé (justiça de Deus e batismo de arrependimento) do precursor e do próprio Messias.

Do outro lado, além do contraste estabelecido através do símile, a copla é detentora de todas as características de uma parábola: é simples, possibilita o estabelecimento do contraste, oferece a verossimilhança ou semelhança com a vida explícita, traz a repetição, é universal, tem suspense, obedece a regra da ênfase final, reverte a expectativa e, finalmente, obedece a regra dos dois (Ryken, 2017, p. 146).

É digno de nota a ambientação da pequena narrativa contada por Jesus: uma *agorá*, praça, que significa assembleia, lugar de reunião, apresentando uma possibilidade imaginativa muito comum do auditório original. A *agorá* era praticamente o centro da vida social, política e cultural de uma cidade da antiguidade; nessas praças aconteciam debates políticos e a demonstração de toda ordem social; inclusive, por ser um local público, nelas havia ainda uma espécie de mercado (Fiss; Francischett, 2002, p. 2), conforme registro do próprio Lucas na segunda parte de sua obra (At 17.16-34). Pela descrição do local, portanto, seria muito simples aos ouvintes imaginar (e entender) a vida social acontecendo normalmente, inclusive com crianças brincando no meio do povo (Lc 7.32a; cf. Mt 11.16).

Quanto ao lazer infantil, Daniel-Rops (1997, p. 79-80) afirma que as crianças do tempo de Jesus também "brincavam com bonecas"; além disso, afirma, "As escavações trouxeram à luz pequenas criaturas de barro, particularmente pássaros [...], chocalhos, bolas e dados decorados [...]. Especialmente em Megido, linhas riscadas na pavimentação trazem à mente o jogo de amarelinha."

Blomberg (2022, p. 284) entende que, bem mais do que ocorre na atualidade, as crianças que não estivessem ocupadas em ajudar os pais, “se reuniam na praça central e inventavam suas próprias maneiras de se entreter”. A narrativa bíblica traz alguns exemplares: o profeta Zacarias (8.5) mostra as ruas de Jerusalém cheias de crianças brincando ao ar livre; nos dias de Jó, crianças aparecem brincando com animaizinhos (40.24); o evangelista Mateus (19.13-15) conta a história de crianças ao redor de Jesus, provavelmente brincando com tal algazarra que levou os discípulos a intervirem; a própria passagem em interpretação (Lc 7.31-32; cf. Mt 11.16-17) é um retrato do hábito das brincadeiras infantis nos tempos de Jesus.

Há várias possibilidades de interpretação para o significado da comparação. Fitzmyer (1981, v.2, p. 681) lista três: na primeira, um dos grupos de crianças corresponderia aos discípulos de João e o outro, aos de Jesus; ambos os grupos dedicavam-se a trocar recriminações mútuas. Na segunda, o primeiro grupo de crianças representaria João Batista e Jesus, com seus respectivos seguidores, e o segundo grupo, “o povo desta geração”, ou seja, os obstinados judeus da Palestina e sua rejeição tanto do ascetismo de João quanto da atitude mais liberal de Jesus (cf. Lc 5.33-34). Na terceira possibilidade, o grupo que se recusa a entrar na brincadeira, representaria o povo daquela geração que exigia de João, um asceta rigoroso, dançar ao som da música que se lhe ofereciam e, mais tarde, quando chegou Jesus com sua mensagem de liberdade e alegria, exigia que ficasse triste e os acompanhasse em suas elegias<sup>8</sup>.

A segunda possibilidade parece ser a mais plausível, considerando a morfossintaxe do enunciado da parábola: “são semelhantes a crianças sentadas em uma praça”. A presença do participio presente *καθημένους* (que permanecem sentadas), traduzido idiomáticamente por sentadas, é essencial para a

---

<sup>8</sup> “Poema pequeno, consagrado ao luto ou à tristeza” (Michaelis, *loc. cit.* Elegia).

compreensão dos dois grupos. De um lado, há crianças que convidam à brincadeira; e de outro, há crianças que permanecem sentadas, recusando-se a entrar na brincadeira, seja ela a da celebração nupcial (“Nós vos tocamos flauta, e não dançastes”) ou a da celebração fúnebre (“[Nós] entoamos lamentos, e não chorastes”) (ONTG, 2018, Lc 7.32). (Fitzmyer, 1981, p. 679–680).

Essa interpretação é plausível quando feita em concordância com o registro paralelo da parábola, em Mateus (11.16) que, assim como Lucas (7.32), introduz o diálogo de forma indireta utilizando o verbo προσφωνοῦντα (convocar, gritar); porém, usa como objeto direto do verbo o adjetivo pronominal ἑτέροις (outras) e não o pronome recíproco ἀλλήλοις (umas às outras), como faz Lucas. Cabe, ainda, uma observação sobre a tradução de προσφωνοῦσιν (estão gritando): ela contempla o aspecto de continuidade do presente do indicativo, no qual o verbo aparece conjugado no original grego (ONTG, 2018, Lc 7.32) (Fitzmyer, 1981, p. 679–680).

Assim, não são dois grupos de crianças discutindo entre si sobre as brincadeiras; são dois grupos, porém um consta dos enviados de Deus (João e Jesus) chamando esta geração de homens à justiça de Deus e, conseqüentemente, ao batismo de arrependimento; e o outro consta dos homens da presente geração, impenitentes, surdos e incapazes de ouvir o chamado real ao arrependimento e fé (Fitzmyer, 1981, v. 2, p. 683; Wallace, 2009, p. 618).

Nesta proposta, os contemporâneos de Jesus são comparados a um grupo de crianças que, apesar do convite continuado, permanece sentado nos bancos da praça; e João Batista e Jesus são comparados ao grupo dos que fazem o convite, gritando continuamente a sua mensagem-chamamento.

Cabral (2003, p.37–47) corrobora essa vertente interpretativa ao destacar que, pela parábola, há um convite à decisão e à transformação, ao expor a recusa

da geração contemporânea de Jesus em responder ao chamado do arrependimento.

Horton (1996, p.30) enfatizaria que a rejeição de sua geração, conforme narrado em Lucas, deve ser entendida dentro do contexto histórico judaico do primeiro século e sua implicação escatológica, sem ceder a alegorizações não fundamentadas. Defenderia ainda que o Espírito continua a confirmar a Palavra hoje, sem a necessidade de sinais sensacionalistas, mas com poder interpretativo e transformador

O alvo da exegese é deixar as Escrituras dizerem o que o Espírito Santo pretendia que se dissesse no seu contexto original. No caso de cada texto, portanto, o intérprete deve analisar o contexto social e histórico, o gênero literário e outros fatores afins, e a luz lançada pelos idiomas originais. (HORTON, 1996, p.30).

A explicação de Jesus, nos versículos seguintes, poderá confirmar ou não a interpretação.

## 6 A ANÁLISE DE JESUS SOBRE A REAÇÃO À PREGAÇÃO DO EVANGELHO

Os versículos 33 e 34 são dedicados à explicação da sua parábola pelo próprio Jesus. O versículo 33 traz o perfil do precursor João Batista, como enviado de Deus: trata-se de alguém que veio "não comendo pão nem bebendo vinho". Porém, foi recusado porque esta geração de homens o identificou como alguém que "tem demônio." E o versículo 34 traz o perfil do anunciado por João, o Messias de Deus, que veio "comendo e bebendo". Porém, estava sendo recusado porque a mesma geração o identificou como "um comilão e beberrão, amigo de coletores e pecadores".

A comparação do perfil dos enviados de Deus indica a predisposição para a inaceitação da mensagem dos enviados de Deus; e a acusação subsequente de

que um “tem demônio” e o outro é “beberrão, comilão e amigo de pecadores”, respectivamente, demonstra a consolidação da inaceitação da mensagem em rejeição dos enviados de Deus e, conseqüentemente, da justiça de Deus pelo caminho do arrependimento e fé.

Kistemaker (1992, p. 37), com base nessa rejeição, finaliza afirmando tratar-se, em termos de comparação, de

[...] uma ligação definida entre ‘homens da presente geração’ (Lc 7.31) e as crianças que faziam recriminações. Os judeus estavam descontentes tanto com João Batista como com Jesus, assim como as crianças com os seus companheiros. [...] as queixas das crianças [são] aplicadas a João e a Jesus, numa ordem cronológica. João veio como um asceta que vivia de gafanhotos e mel silvestre – não era de seu agrado comer pão e beber vinho –, e os judeus o acusaram de ser possuído pelo demônio. Jesus, ao contrário, comia pão e bebia vinho, e eles o chamaram de glutão e beberrão, amigo dos publicanos e ‘pecadores’.

Assim, os personagens constantes da comparação são as crianças brincando na praça (copla), representando esta geração e os enviados de Deus (o precursor e o Messias de Deus), representando a chegada do Reino de Deus entre os homens com a oferta da justiça de Deus e o arrependimento para a remissão de pecados.

Porém, a resposta ao chamado de Deus não é uniforme: alguns respondem positivamente ao chamado do Evangelho, reconhecendo a justiça de Deus e submetendo-se ao batismo de arrependimento, inclusive alguns coletores de impostos; outros, porém, não reconhecem a justiça de Deus, não se submetem ao batismo de arrependimento e, para justificarem-se, fazem acusações contra os enviados de Deus: o precursor tem demônio e o Messias é um comilão e beberrão que estabelece amizade com coletores e pecadores!

## 7 A VERDADE SERÁ DEMONSTRADA PELOS ATOS

O ponto culminante da parábola encontra-se no versículo 35, e suas palavras finais divergem das palavras finais do versículo 19 do texto paralelo de Mateus (11.16-19). Em tom conclusivo, Lucas traz a afirmação de Jesus nos seguintes termos: "Mas a sabedoria é justificada por todos os seus filhos" e Mateus a traz assim: "Mas a sabedoria é justificada por suas obras". Intérpretes renomados, como Kistemaker (1992, p. 38), têm defendido que, seja lá o que tenha causado essa diferença, e provavelmente foram erros dos copistas posteriores, o fato é que não há mudança de sentido quando se verifica semântica e teologicamente as palavras de cada uma das afirmações.

Considerando esse entendimento, a análise da conclusão fica mantida na forma apresentada por Lucas. O primeiro passo é identificar a relação do tema desse versículo com o contexto literário, o que leva a uma relação intrínseca entre os versículos 35 e 29. Isso leva a concluir que os que recebem o ensino de João e de Jesus, reconhecendo a justiça de Deus e submetendo-se ao batismo de arrependimento, tais como os homens comuns e coletores de impostos, são os declarados no versículo 35 como os filhos<sup>9</sup> da sabedoria; por outro lado, os incrédulos sobre a justiça de Deus e a necessidade de batismo de arrependimento, não são incluídos no rol dos filhos da sabedoria, nem mesmo aparecem na declaração do versículo 35!

Kenner (2017, p. 232) sugere uma espécie de cristologia sapiencial, aqui. Ele registra que "a tradição judaica, com frequência, apresentava a Sabedoria em forma humana, em geral, uma mulher santa que exortava os justos a segui-la;

---

<sup>9</sup> Fitzmyer (1981, v. 2, p. 679) lembra que a inclusão do termo todos, pode estar indicando uma ampliação das referências que Lucas tinha em mente, abrangendo João, Jesus e seus discípulos.

aqui [Lc 7.35], ela é a mãe dos justos". Robertson (2003, p. 141), no final do século XVIII, já afirmava: "o emprego de filhos personifica a sabedoria como aparece em Provérbios 8 e 9"; e Morris (2006, p. 138) acrescenta que "O verbo *justificada* [na afirmação: "A sabedoria é justificada por todos os seus filhos"], quer dizer 'declarada justa' ou 'demonstrada como sendo justa' ou 'aceita como justa'" e, então, conclui:

Aqueles que são realmente sábios (ou filhos da sabedoria), pronunciarão justo o caminho justo, seja ele ascético ou social. Verão a sabedoria de Deus tanto em João quanto em Jesus. Não andarão nos caminhos críticos dos homens que nunca se deixam contentar.

Portanto, os sábios, ao contrário dos que se recusaram a reconhecer a justiça divina, "não se deixam desanimar. *A sabedoria é justificada por todos os seus filhos.*" Eles aceitam a justiça de Deus e suas demandas!

Retoma-se, aqui, a afirmação inicial desse bloco segundo a qual as palavras finais do versículo 35 de Lucas divergem das palavras finais do versículo 19 do texto paralelo de Mateus (11.16-19). Para justificar o entendimento de Kistemaker (1992, p. 38), segundo o qual a diferença de palavras ao final dos respectivos versículos não compromete o sentido do ponto culminante da parábola, recorre-se à conclusão de Champlin (2002, v. 2, p. 77), para quem "a sabedoria triunfará, afinal, nas obras que ela produz (segundo a narrativa de Mateus) ou pelos 'filhos' que ela gera (segundo Lucas)".

De maneira geral, analisando o contexto posterior à parábola, Lucas narra a famosa história de uma pecadora que unge os pés de Jesus durante um jantar na casa de um fariseu (Lc 7.36-50). O registro continua a explorar os temas de aceitação e de rejeição demonstrados na parábola das Crianças na Praça, mantendo o raciocínio de que a resposta às ações de Deus não está relacionada

ao *status* ou à posição social de uma pessoa, mas à sua capacidade de reconhecer a graça divina e respondê-la com fé e amor.

Aplicando-se, por fim, a essência do ensinamento da parábola, pode-se depreender que, independentemente do que as músicas significavam, a mensagem estava na imaturidade e incapacidade dos homens daquela geração, especialmente os religiosos, em tomar atitude diante das realidades espirituais que vinham sendo apresentadas, quer por João Batista, quer pelo próprio Cristo.

A parábola, portanto, dentro da narrativa sobre os mensageiros do Reino dos Céus, ilustra, de maneira clara, que Jesus via a arrogância e prepotência dos que não se submeteram às verdades divinas, religiosos e não religiosos, homens imaturos e distantes da verdadeira sabedoria.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentados argumentos consistentes e suficientes para que uma parábola possa seguramente ser considerada uma alegoria, bem como a abordagem de aspectos necessários para que a interpretação do texto sagrado não exceda os limites de sua intenção original.

O zelo na busca pelo sentido original das mensagens bíblicas denota responsabilidade, reverência e compromisso com a verdade do reino dos Céus. A aplicação das analogias no contexto atual pode ser amplamente explorada nos altares, mas é importante que a essência da voz de Deus não seja sufocada por achismos ou interpretações alegóricas, que conduzem as pessoas mais à emoção do que à real mensagem de reflexão, arrependimento e transformação.

Bailey (2016, p. 281) sabiamente apresenta a situação de que as parábolas, que antes serviam para a construção da fé das pessoas, hoje têm sido utilizadas como uma fonte de ética (vida) cristã.

Sobre as Crianças na Praça, constatou-se a ilustração da resposta das pessoas diante dos discursos de Jesus e João Batista: uma narrativa onde crianças rejeitaram as duas brincadeiras propostas, o ponto em que Jesus compara diretamente o comportamento da geração daquela época às crianças citadas e que não aceitaram nenhuma das duas brincadeiras (comparando com a não aceitação da mensagem messiânica).

Dessa forma, no caso da parábola utilizada nesse artigo, independentemente das entrelinhas que divergem quanto ao último versículo dela, pode-se afirmar com segurança acerca da essência da sua mensagem, plenamente aplicável aos dias de hoje: uma geração que não aceita a mensagem de arrependimento e conversão (proferida por João Batista), nem tampouco os ensinamentos práticos da Lei (vividos e explicados) por Jesus Cristo, o verdadeiro Messias.

## REFERÊNCIAS

ANGLADA, Paulo Roberto Batista. **Introdução à hermenêutica reformada – Correntes Históricas, Pressuposições, Princípios e Métodos Linguísticos**. Ananindeua: Knox Publicações, 2006.

BAILEY, Kenneth E. **As parábolas de Lucas: a poesia e o camponês: uma análise literário-cultural**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

BAILEY, Kenneth E. **Jesus pela ótica do Oriente Médio: estudos culturais sobre os Evangelhos**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BÍBLIA. **Bíblia Português**. Disponível em:  
<https://bibliaportugues.com/interlinear/luke/7-31.html>;  
<https://bibliaportugues.com/interlinear/luke/7-32.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo**. Texto bíblico: Almeida Revista e Atualizada. 2ª ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BÍBLIA SAGRADA. Português – Inglês. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2003.

BLOMBERG, Craig L. **Interpretando as parábolas**. São Paulo: Vida Nova, 2022.

BRUCE, Frederick F. **História do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2019.

CHAFER, Lewis Sperry. **Teologia Sistemática**. Tradução: Heber Carlos de Campos. São Paulo: Hagnos, 2003.

CHAMPLIN, Russell Norman. **O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo: Volume 2: Lucas, João**. São Paulo: Hagnos, 2002.

COELHO, Lázara Divina. **Aplicação do método histórico-gramatical em Lucas 4.16-21**. 2021. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Formação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021. 178 f.

DANIEL-ROPS, Henri. **A vida diária nos tempos de Jesus**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

ELWELL, Walter A. **Manual bíblico do estudante**. CPAD: Rio de Janeiro, 1997

- FEE, Gordon D., STUART, Douglas. **Entendes o que lês?** São Paulo: Vida Nova, 1984.
- FITZMYER, Joseph A. **El Evangelio segun Lucas I: traduccion general.** Madrid: Ediciones Cristiandad, 1986.
- FITZMYER, Joseph A. **El Evangelio segun Lucas II: traduccion y comentario.** Madrid: Ediciones Cristiandad, 1987.
- FITZMYER, Joseph A. **The Gospel According to Luke I-IX: Anchor Bible Commentary.** Doubleday, 1981.
- FISS, Bruna Kisathowski; FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A origem da praça e as transformações funcionais no tempo. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação,** Beira, Portugal. Disponível em <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/fiss-francischett-2020-origem-praca-transformacoes.pdf>. Acesso em 10 dez. 2024.
- GILBERTO, Antonio. (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- GONZÁLEZ, Justo L. **Atos, o evangelho do Espírito Santo.** São Paulo: Hagnos, 2011.
- HENDRIKSEN, William. **Lucas.** São Paulo: Cultura Cristã, 2003. Vol. 1.
- HORTON, S.M. (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- KAISER JR., Walter C.; SILVA, Moisés. **Introdução à hermenêutica bíblica.** São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- KEENER, Craig S. **Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2017.
- KISTEMAKER, Simon J. **As parábolas de Jesus.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.
- KLEIN, William W. **Introdução à interpretação bíblica.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- MACARTHUR, John. **Manual bíblico MacArthur: Gênesis à Apocalipse.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Claudio Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação.** Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

Recebido em: 04 ago. 2025 | Publicado em: 12 dez. 2025

MODERNO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elegia. **Michaelis**, São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/elegia/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORRIS, Leon L. **Lucas**: Introdução e comentário. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

PERONDI, Ildo; BRASILE, Carlos Alberto. **De Cafarnaum a Naim (Lc 7.11-17)**. 3ª. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. *E-book*.

REGA, Lourenço Stelio; BERGMANN, Johannes. **Noções de grego bíblico**: gramática fundamental. São Paulo: Vida Nova, 2004.

O NOVO TESTAMENTO GREGO (ONTG). 5ª. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

ROBERTSON, Archibald. T. **Comentario al texto griego del Nuevo Testamento**. Barcelona: Editorial CLIE, 2003.

RYKEN, Leland. **Formas literárias da Bíblia**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

RYKEN, Leland. **Uma introdução literária à Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2023.

UNGER, Merrill Frederick. **Manual bíblico**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

WALLACE, Daniel B. **Gramática grega**: uma sintaxe exegética do Novo Testamento. São Paulo: Editora Batista Regular, 2009.

ZUCK, Roy B. **A interpretação bíblica**: meios de descobrir a verdade da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1994.